



TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES INTRODUTÓRIAS

CAPÍTULO I

DO OBJETIVO

Art. 1º Este Regulamento de Eleição e Conduta de Delegados e de Organização do Quadro Social tem como objetivo disciplinar:

- I. a organização das reuniões de grupos seccionais;
- II. a organização e a condução do processo eleitoral para os cargos de Delegado;
- III. as regras de conduta relativas ao exercício do cargo de Delegado para a efetiva representação dos associados.

Parágrafo único. Este Regulamento complementa o Estatuto Social e o Regulamento Eleitoral da *cooperativa*, estando em consonância com a legislação e a regulamentação em vigor.

CAPÍTULO II

DA DEFINIÇÃO

Art. 2º Para fins do disposto neste Regulamento, são considerados:

- I. Delegados: associados da cooperativa eleitos entre os cooperados de um determinado grupo de seccional, cujas funções são participar ativamente da cooperativa, representar os demais cooperados nas assembleias gerais e garantir que os interesses deles sejam considerados no processo de decisão da cooperativa;
- II. Grupo Seccional: agrupamento de cooperados de um ou mais postos de atendimento, agrupados ou não por região, responsável pela eleição do respectivo Delegado, conforme quociente eleitoral do grupo, estabelecido nos termos do seu Estatuto Social;



- III. Posto de Atendimento (PA): estrutura da cooperativa destinada ao atendimento dos associados e no qual o cooperado está cadastrado para fins eleitorais;
- IV. Comissão Eleitoral: cooperados e/ou empregados escolhidos pelo Conselho de Administração da cooperativa para organizar as atividades inerentes ao processo eleitoral de Delegados, observando o disposto neste Regulamento;
- V. Geograficamente mais próximo: Posto de Atendimento (PA) ou sede situado(a) à menor distância em quilômetros, medida em linha reta, a partir do PA de referência.

TÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO DOS GRUPOS SECCIONAIS

Art. 3º A cooperativa mantém os grupos seccionais formados divulgados para consulta pelos cooperados, respeitando as disposições estatutárias e os demais normativos internos (ANEXO I).

Art. 4º Os associados da cooperativa são distribuídos em grupos seccionais, observando o quociente eleitoral para definição do número de Delegados, conforme o disposto no Estatuto Social.

§ 1º A distribuição dos associados em grupos seccionais é realizada utilizando-se como referência a distribuição deles entre os PAs da cooperativa, apurados 30 (trinta) dias antes da data da eleição.

§2º Os associados vinculados ao PA Digital são agrupados ao PA 22 - Porto Alegre, para fins de formação do grupo seccional.

§ 3º Cada PA é representado por, no mínimo, um Delegado titular e um Delegado suplente (quando houver), mesmo que não alcance, no momento da eleição, a proporção necessária, conforme definido no Estatuto Social.

§ 4º O número de Delegados, efetivo e suplente (quando houver), deve ser proporcional ao



respectivo quociente eleitoral, conforme definido no Estatuto Social.

§ 5º Ocorrendo o fechamento de algum PA no curso do mandato, os associados vinculados a ele e seus respectivos Delegados são realocados para o PA geograficamente mais próximo.

§ 6º Quando um PA for criado no curso do mandato dos Delegados eleitos, o disposto no § 3º, para fins de eleição de novos Delegados, ou não, deve ser observado.

§ 7º A forma de distribuição utilizada para agrupar as seccionais deve ser descrita no edital da convocação da eleição.

TÍTULO III **DO PROCESSO ELEITORAL DOS DELEGADOS**

Art. 5º Os Delegados são eleitos pelos associados pertencentes ao grupo seccional, conforme disposto neste Título.

Art. 6º O mandato do Delegado é de 4 (quatro) anos, permitida a reeleição.

CAPÍTULO I **DOS PRÉ-REQUISITOS PARA CANDIDATURA AO CARGO DE DELEGADO**

Art. 7º São pré-requisitos para candidatura ao cargo de Delegado:

- I. ter maioridade civil e ser associado pessoa física da *cooperativa*;
- II. ser cooperado do Sicoob há mais de 1 ano, ter conta corrente ativa e ser usuário dos produtos e serviços da cooperativa, com IAP maior que 5;
- III. estar em dia com suas obrigações estatutárias e adimplente com suas operações financeiras contraídas na cooperativa, sem restrições e/ou prejuízos no Bacen;
- IV. estar com seu cadastro na cooperativa atualizado;



- V.** não ser membro dos órgãos estatutários da cooperativa ou possuir vínculo de parentesco até o segundo grau, em linha reta ou colateral, consanguíneo ou afim com eles;
- VI.** não estar em exercício de cargo político, nos termos da legislação eleitoral e do Estatuto Social, observando as demais disposições estatutárias sobre o tema;
- VII.** ter disponibilidade para o exercício do cargo e realizar os cursos sistêmicos e/ou internos oferecidos pela *cooperativa*;
- VIII.** não possuir vínculo empregatício ou ser prestador de serviços em caráter não eventual da cooperativa, devendo ter se desligado do quadro funcional ou encerrado o contrato de prestação de serviços até 31 de dezembro do ano imediatamente anterior ao da eleição;
- IX.** não manter vínculo empregatício com qualquer entidade do Sicoob;
- X.** não ser membro da Comissão Eleitoral de que trata este Regulamento, bem como da Comissão Eleitoral para eleição dos membros de órgãos estatutários;
- XI.** participar obrigatoriamente da formação de delegados.

§ 1º O Delegado que se candidatar a cargo eletivo na cooperativa deve renunciar do cargo de Delegado na data da apresentação de seu pedido de candidatura, sendo substituído por Delegado suplente.

§ 2º Caso o Delegado não seja eleito para cargo eletivo na cooperativa, poderá retornar ao cargo de Delegado efetivo.

§ 3º Na hipótese de o Delegado ser indicado como candidato a cargo político eletivo, nos termos da legislação eleitoral, ele deve apresentar pedido de renúncia do cargo das funções na cooperativa em até 48h após a data da solicitação do registro da candidatura na Justiça Eleitoral, sob pena de vacância do cargo na cooperativa.



CAPÍTULO II

DA COMISSÃO ELEITORAL

Art. 8º O Conselho de Administração, com antecedência mínima de 60 dias da data da eleição, nomeia uma Comissão Eleitoral, formada de, no mínimo, três e, no máximo, cinco membros, entre associados e/ou empregados da cooperativa.

§ 1º Não podem ser escolhidos para compor a Comissão Eleitoral os ocupantes de cargo eletivo na cooperativa e os candidatos a ele, bem como os ocupantes de cargo de Delegado (efetivo e suplente) e os candidatos a ele.

§ 2º A critério do Conselho de Administração, os membros da Comissão Eleitoral podem ser reembolsados, pela cooperativa, das despesas realizadas durante a execução de suas atividades.

Art. 9º Compete à Comissão Eleitoral, com o apoio administrativo da cooperativa e em observância aos dispositivos legais, estatutários e regulamentares:

- I. planejar e organizar as atividades inerentes ao processo eleitoral de Delegados;
- II. receber, analisar, oficializar e impugnar candidaturas, observadas as condições básicas para a candidatura ao cargo de Delegado;
- III. prestar esclarecimentos aos interessados sobre o processo eleitoral de Delegados;
- IV. zelar pelo regular andamento do processo eleitoral de Delegados;
- V. adotar outras medidas não previstas neste Regulamento, caso necessárias, para garantir o bom andamento das eleições.

CAPÍTULO III

DA CONVOCAÇÃO DA ELEIÇÃO

Art. 10. Nos termos do Estatuto Social, a eleição dos Delegados ocorre no último semestre do ano civil e o mandato inicia no primeiro dia útil seguinte ao término do mandato dos atuais



Delegados.

§ 1º A eleição dos Delegados não deve coincidir com a eleição dos conselheiros de administração e dos conselheiros fiscais.

§ 2º A posse dos Delegados será no primeiro dia útil do trimestre subsiguiente, conforme Estatuto Social da Cooperativa.

Art. 11. A cooperativa, mediante edital, no qual faz referência às disposições estabelecidas no art. 32 do Estatuto Social, convoca todos os associados, concedendo prazo de 10 dias para a inscrição dos interessados em se candidatar.

Parágrafo único. O Edital de Convocação é divulgado aos associados de cada seccional, por meio eletrônico ou em repositório de acesso público irrestrito na internet, afixado em locais apropriados das dependências da sede e dos PAs da cooperativa e divulgado em seu *site*.

CAPÍTULO IV

DA INSCRIÇÃO DE CANDIDATURAS

Art. 12. Os candidatos aos cargos de Delegado devem registrar sua candidatura no prazo previsto neste Regulamento, devendo o pedido de registro ser dirigido à cooperativa, em dia útil, no horário de 10h às 16h ou, caso indicado no edital de convocação, por *e-mail* e/ou outro meio eletrônico disponibilizado pela cooperativa.

Art. 13. A Comissão Eleitoral deve analisar, no prazo de 10 dias corridos, a contar do seu recebimento, a documentação apresentada pelos candidatos. A comissão deve rejeitar a candidatura que não preencher os pré-requisitos dispostos no art. 7º deste Regulamento.

Parágrafo único. Em caso de rejeição de candidatura, a Comissão Eleitoral encaminha comunicação escrita para o *e-mail* indicado pelo respectivo candidato no registro da sua candidatura, ou por outro meio eletrônico ao interessado, com a citação do(s) pré-requisito(s) que foi(ram) inobservado(s), o qual poderá apresentar recurso nos termos do art. 18 deste



Regulamento.

Art. 14. Encerrado o prazo de inscrição, a Comissão Eleitoral encaminhará à cooperativa, em até 15 dias corridos, a lista dos candidatos habilitados, em ordem cronológica e por grupo seccional, para que seja divulgada a todo o corpo social.

Parágrafo único. Não havendo número suficiente de candidatos inscritos, o Presidente da cooperativa pode prorrogar o prazo de inscrição por meio de edital, a ser publicado na forma prevista no art. 10 deste Regulamento.

CAPÍTULO V

DA IMPUGNAÇÃO DE CANDIDATURA

Art. 15. O prazo para impugnação de candidatura é de 2 dias úteis, contados da data de divulgação da lista de candidatos habilitados pela *cooperativa*.

Art. 16. A impugnação de candidatura, por terceiro, é realizada por meio de requerimento escrito ao Coordenador da Comissão Eleitoral e deve estar fundamentada em descumprimento legal, estatutário e/ou nas disposições deste Regulamento.

Parágrafo único. Em até 5 dias do recebimento da impugnação, a Comissão Eleitoral analisará o requerimento e divulgará o inteiro teor da sua decisão em locais apropriados das dependências da sede e dos Postos de Atendimento (PAs) da cooperativa, bem como no respectivo sítio eletrônico ou em repositório de acesso público irrestrito na internet.

Art. 17. A Comissão Eleitoral divulgará, com o apoio administrativo da cooperativa, no prazo de 2 dias, a lista dos candidatos habilitados.

CAPÍTULO VI

DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

Art. 18. Das decisões sobre a impugnação da Comissão Eleitoral, cabe recurso, que deve ser protocolado em até 2 dias, sob pena de ser julgado intempestivo.



§ 1º O recurso deve ser instruído com requerimento, mediante protocolo físico (em duas vias) ou digital (uma via), desde que estejam transcritas as razões de fato e de direto, com os devidos documentos comprobatórios. Não há prejuízo de que o requerimento seja apresentado em meio eletrônico, desde que cumpra os requisitos.

§ 2º O recurso é rejeitado liminarmente caso não seja apresentado dentro do prazo estipulado no *caput* ou se não estiver acompanhado dos documentos necessários, conforme previsto no art. 16 deste Regulamento.

§ 3º A intempestividade do recurso ou a ausência dos documentos exigidos implica na sua rejeição sumária, sem análise de mérito.

Art. 19. O Conselho de Administração, antes da divulgação do resultado das inscrições, procede ao julgamento do recurso interposto, de forma terminativa, em até 2 (dois) dias do recebimento do recurso.

§ 1º A decisão do Conselho de Administração será fundamentada em aspectos fáticos e legais pertinentes ao caso, cabendo a ele permitir ou proibir a participação do candidato impugnado na eleição.

§ 2º O julgamento do recurso é realizado somente se atender aos requisitos estabelecidos no art. 16 deste Regulamento, garantindo a regularidade e a adequação da impugnação.

§ 3º A decisão proferida pelo Conselho de Administração é comunicada ao candidato impugnado, o qual pode conhecer os fundamentos que embasaram a deliberação.

§ 4º Não cabe recurso da decisão do Conselho de Administração.

Art. 20. O Conselho de Administração, previamente à divulgação do resultado das inscrições, julga o recurso interposto, como última instância, e decide com base nos fundamentos fáticos e legais sobre o caso, permitindo ou proibindo a participação do candidato impugnado na eleição.

Art. 21. Após a análise dos recursos, participarão da eleição os candidatos aptos a concorrer ao



cargo de Delegado e, havendo número de eleitos inferior àquele estabelecido pelo Estatuto Social, o Presidente deverá convocar novas eleições para a complementação de Delegados do respectivo grupo seccional.

Parágrafo único. A eleição complementar deve ocorrer com antecedência mínima de 30 dias da data da Assembleia Geral em que o Delegado vai atuar representando os associados.

CAPÍTULO VII DA ELEIÇÃO DOS DELEGADOS

SEÇÃO I DA VOTAÇÃO

Art. 22. O processo de votação pode ser presencial, semipresencial ou digital, cabendo ao Conselho de Administração e a Diretoria Executiva da cooperativa, avaliar em conjunto, o meio mais adequado e operacionalmente viável para cada localidade.

Parágrafo único. A votação é realizada pelos associados que possuem o direito a votar, sendo que cada um pode votar em mais de um candidato, respeitado o limite de um voto por candidato.

Art. 23. Nas votações presenciais, são instaladas urnas de votos em todos os locais de votação indicados no Edital de Convocação, podendo a Comissão Eleitoral autorizar a instalação de mais de uma urna nos locais citados ou, ainda, urnas itinerantes.

Parágrafo único. A Comissão Eleitoral designa um empregado da cooperativa para verificar previamente quais os associados estão aptos a votar, coletar as assinaturas em lista de presença e disponibilizar a cédula de votação física.

Art. 24. Compete aos próprios candidatos acompanhar e fiscalizar o processo de votação e apuração.



SEÇÃO II

DOS CRITÉRIOS PARA ELEIÇÃO E DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO

Art. 25. Os Delegados com o maior número de votos serão eleitos, conforme o número de vagas de cada seccional.

Art. 26. Em caso de empate e observada a seguinte ordem, será eleito aquele que for associado à cooperativa há mais tempo, e se permanecer o empate, aquele que tiver maior idade.

Art. 27. A cooperativa divulga a lista dos eleitos em seu *site* ou repositório de acesso público irrestrito na internet, ou nos locais mais comumente frequentados, incluindo os PAs.

Art. 28. Naquilo que couber, as normas dispostas no Regulamento Eleitoral da cooperativa, por analogia, poderão ser utilizadas no processo eleitoral de Delegados.

TÍTULO IV

DAS RESPONSABILIDADES E REGRAS DE CONDUTA DOS DELEGADOS

Art. 29. Os Delegados têm o dever de representar os associados nas Assembleias Gerais da cooperativa, nos temas que sejam matéria de deliberação do grupo seccional, respeitando fielmente as decisões do seu grupo seccional nas reuniões prévias às Assembleias Gerais.

Art. 30. São responsabilidades dos Delegados:

- I. ser atuantes e representar o interesse majoritário do quadro social nas decisões da *cooperativa*;
- II. participar das reuniões de grupos seccionais e Assembleias Gerais, quando convocados formalmente pela administração da cooperativa;
- III. comparecer às Assembleias Gerais e apresentar as deliberações das reuniões de sua seccional, bem como apreciar e deliberar as matérias que não foram objeto de deliberação na reunião de sua seccional;



- IV. encaminhar, como representante de sua seccional, as críticas, sugestões e reclamações de associados, por escrito, por meio físico ou por meio eletrônico disponibilizado pela cooperativa, diretamente ao Presidente do Conselho de Administração;
- V. comunicar, por meio do Canal de Comunicação de Indícios de Ilícitude, da Urna Ética ou da Ouvidoria do Sicoob, sem a necessidade de se identificar, as situações com indícios de ilícitude de qualquer natureza, assim como os fatos que, apurados e resolvidos, possam causar prejuízo moral ou material à cooperativa ou a qualquer um de seus cooperados;
- VI. mediar diálogos entre os associados e a *cooperativa*, visando auxiliar no esclarecimento de assuntos conflitantes e demais dúvidas;
- VII. consumir e estimular os associados a utilizarem os produtos e serviços financeiros da cooperativa;
- VIII. mobilizar os associados para que participem de eventos promovidos pelo Sicoob;
- IX. participar de cursos e treinamentos sobre o cooperativismo de crédito, disseminando a educação e cultura cooperativistas nos relacionamentos com seus pares e associados;
- X. desenvolver outras atividades que lhes forem atribuídas em normativos internos ou sistêmicos;
- XI. Manter-se adimplente na Cooperativa e não estar cadastrado nos órgãos de restrição de crédito (Serasa Experian, SPC Brasil, Boa Vista SPC e afins).

Art. 31. Em relação à conduta, os Delegados devem:

- I. estar alinhados aos valores da cooperativa e ao Pacto de Ética do Sicoob;
- II. primar por neutralidade política e respeito aos associados e demais colaboradores da cooperativa;



- III.** estabelecer relacionamento próximo e harmonioso com os órgãos sociais da cooperativa, fornecendo subsídios, sugestões, reivindicações e apoio.

Art. 32. Perderá a condição de Delegado o associado que:

- I.** estiver inadimplente com a cooperativa por um prazo superior a 90 dias ou ser aval de inadimplente ou pertencer a grupo econômico;
- II.** faltar a duas Assembleias Gerais consecutivas ou a quatro não consecutivas da cooperativa durante seu mandato, sem apresentar justificativa por escrito antes da assembleia ou, em caso de impossibilidade, em até dez dias após a realização da Assembleia Geral;
- III.** perder a qualidade de associado;
- IV.** atuar como parte ou procurador, promover medida judicial contra a própria cooperativa, salvo aquelas que visem resguardar o exercício do próprio mandato;
- V.** tornar-se empregado da cooperativa;
- VI.** se candidatar a cargos políticos, conforme previsto no Estatuto Social. Nesse caso, o associado deve solicitar seu desligamento do cargo de Delegado, não podendo retornar a ele no mandato vigente, caso não seja eleito;
- VII.** se candidatar a cargos sociais na cooperativa. Nesse caso, o Delegado é desligado de suas atividades na data de homologação do registro da candidatura, podendo retornar caso não seja eleito;
- VIII.** renunciar ao cargo, por qualquer motivo. Nesse caso, o Delegado não pode candidatar-se novamente, caso haja nova eleição, no período do mandato vigente;
- IX.** mudar de seccional, a qual foi eleito originalmente;
- X.** Causar, por ação ou omissão, dano financeiro, operacional ou de imagem à Cooperativa.



Parágrafo único. Em caso de vacância de cargo, o Delegado é substituído pelo suplente, que passa a ser o efetivo.

TÍTULO V

DAS REUNIÕES DE GRUPOS SECCIONAIS

CAPÍTULO I

DA CONVOCAÇÃO DAS REUNIÕES

Art. 33. A reunião de grupo seccional é convocada pelo Presidente do Conselho de Administração com antecedência mínima de 20 dias da realização da assembleia, e realizada com antecedência mínima de dez dias da Assembleia Geral.

§ 1º O Edital de Convocação da reunião de grupo seccional é publicado no *site* da cooperativa ou em repositório de acesso público irrestrito na internet, ou nos locais mais comumente frequentados, incluindo os PAs.

§2º A reunião de grupo seccional pode ser realizada de forma presencial, semipresencial ou digital, conforme previsto no Edital de Convocação.

§3º A reunião de grupo seccional é conduzida pelo Presidente do Conselho de Administração, ou, na sua ausência, por seu substituto ou por quem ele indicar.

CAPÍTULO II

DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Art. 34. O Edital de Convocação da reunião seccional deve conter, no mínimo:

- I.** a denominação social completa da *cooperativa*, o CNPJ e o Número de Inscrição no Registro de Empresa (NIRE), seguida de indicação de que se trata de edital de convocação de reunião de grupo seccional de associados;
- II.** a especificação dos grupos seccionais;



- III.** a forma como será realizada a reunião do grupo seccional;
- IV.** o dia e a hora da reunião, assim como o endereço de realização;
- V.** a sequência numérica das convocações e o quórum de instalação;
- VI.** os assuntos que serão objeto de deliberação;
- VII.** o modo de acesso aos meios de comunicação disponibilizados para a participação dos associados do grupo seccional, no caso de realização de reunião a distância ou simultaneamente presencial e a distância;
- VIII.** os procedimentos para acesso ao sistema de votação, bem como o período para acolhimento dos votos;
- IX.** o local, a data, o nome, o cargo e a assinatura do responsável pela convocação, conforme disposto no art. 33 deste Regulamento.

CAPÍTULO III **DAS DELIBERAÇÕES**

Art. 35. Os grupos seccionais deliberam, no mínimo, sobre as seguintes matérias:

- I.** prestação de contas dos órgãos de administração;
- II.** destinação das sobras apuradas ou rateio de perdas;
- III.** eleição dos membros do conselho de administração associados;
- IV.** fusão, incorporação ou desmembramento;
- V.** mudança de objeto da sociedade;
- VI.** dissolução voluntária da sociedade e nomeação dos liquidantes;

**VII. desfiliação e filiação à cooperativa central de crédito.**

Parágrafo único. Em caso de empate nas votações dos grupos seccionais, a votação deverá ser repetida tantas vezes quantas forem necessárias até que seja alcançado um resultado final sem empate.

Art. 36. Nas Assembleias Gerais, os Delegados estão vinculados às deliberações das respectivas seccionais que representam, conforme o registro em ata de reunião seccional.

Art. 37. As deliberações realizadas nas reuniões de grupos seccionais possuem caráter vinculativo, assegurando aos cooperados discutirem e votarem nos assuntos que forem tratados.

Art. 38. Sempre que algum grupo seccional sugerir ou deliberar uma proposta diferente da apresentada nos demais grupos seccionais, nos termos de sua competência, a respectiva proposta, contendo o embasamento e em observância aos dispositivos legais e estatutários previstos, não retornará para discussão nas reuniões seccionais e deverá ser levada à Assembleia Geral para deliberação, pelos Delegados.

Art. 39. As deliberações na reunião de grupo seccional são realizadas pela maioria de votos dos associados presentes com direito a votar, exceto quando se tratar dos assuntos de competência exclusiva da Assembleia Geral Extraordinária (AGE), descritos no Estatuto Social, na qual são necessários os votos de dois terços dos associados presentes.

§1º Ocorrendo empate de votos na deliberação, deve ser realizada nova rodada de votação até se obter um resultado vencedor.

§2º A apuração da quantidade de associados do grupo seccional, para fins de cômputo de votos na Assembleia Geral, ocorre no momento da convocação da reunião do grupo seccional.



CAPÍTULO IV

DA ATA

Art. 40. As manifestações do grupo seccional e demais ocorrências substanciais das reuniões constarão de atas, lavradas em livro próprio, em folhas soltas ou em meio digital, assinada pelo(s) Delegado(s), pelo Presidente do Conselho de Administração, por um secretário escolhido pelos associados presentes na reunião e por, no mínimo, dois cooperados do grupo seccional.

Parágrafo único. As atas lavradas e assinadas ficam arquivadas na sede da cooperativa, em arquivo físico ou digital, e são disponibilizadas ao Presidente da Assembleia Geral para apoio na condução da reunião.

TÍTULO VI

DA REPRESENTAÇÃO EM ASSEMBLEIA

CAPÍTULO I

DA PARTICIPAÇÃO

Art. 41. Nas Assembleias Gerais, os associados são representados pelos Delegados ou seus respectivos suplentes, pertencentes à seccional que representam e eleitos conforme o disposto no Estatuto Social e neste Regulamento.

§ 1º Na impossibilidade de comparecimento do Delegado ou do seu suplente na Assembleia Geral, qualquer associado pertencente à respectiva seccional pode comparecer e apresentar a votação das deliberações, a fim de que seja computado o resultado na Assembleia Geral.

§ 2º O Delegado deve comunicar e justificar formalmente ao Conselho de Administração, com antecedência, a impossibilidade de comparecimento à Assembleia Geral, ou, em caso de impossibilidade, em até 10 dias após sua realização.

Art. 42. Em regra, a votação das reuniões de grupo seccional é aberta, mas o grupo pode optar



pelo voto secreto.

Parágrafo único. Na seccional que houver mais de um Delegado, a apuração de votos será única e os Delegados levarão para a Assembleia Geral o mesmo voto.

CAPÍTULO II

DO VOTO DO DELEGADO NA ASSEMBLEIA, DA AUSÊNCIA E DA SUPLÊNCIA

Art. 43. O voto do Delegado na Assembleia Geral tem valor proporcional à quantidade total de associados vinculados à seccional que representa.

Art. 44. Excepcionalmente, na impossibilidade de participação do Delegado, do suplente e de qualquer associado participante da reunião de seccional na Assembleia Geral, a ata das deliberações da respectiva seccional deve ser lida pelo Presidente da Assembleia Geral para computo dos votos da seccional.

Parágrafo único. Para os demais temas objeto da ordem do dia da Assembleia Geral que não tiverem sido apreciados pela reunião da seccional, o voto do Delegado ausente não será computado.

TÍTULO VII

DO SIGILO DAS INFORMAÇÕES

Art. 45. Em consonância com a *Política Institucional de Divulgação de Informações* e com o *Pacto de Ética do Sicoob*, os Delegados efetivos e suplente, bem como todos os participantes das reuniões da Comissão Eleitoral, incluindo os membros da comissão e os técnicos da cooperativa que porventura venham a participar das reuniões, têm, por obrigação ética, legal e profissional, manter o sigilo das informações relacionadas às reuniões da comissão, tornando-se legalmente responsáveis por quaisquer divulgações indevidas – exceto aquelas necessárias ao correto desempenho de suas atribuições e quando da Assembleia Geral para a deliberação da matéria.



TÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 46. Casos omissos neste Regulamento, relacionados ao processo de eleição de Delegado, são apreciados pelo Conselho de Administração da cooperativa, com o apoio da Comissão Eleitoral.

Art. 47. Os prazos previstos neste Regulamento são contados em dias corridos, excluindo-se o dia de início e incluindo o dia final.

Parágrafo único. Caso o prazo final coincida com fim de semana ou feriado, fica automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil seguinte.

Art. 48. Quando a Assembleia Geral for convocada por um quinto dos associados, nos termos do Estatuto Social, não será admitida a representação por Delegados.

Art. 49. Este Regulamento foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da cooperativa em 16/12/2025 e entra em vigor na data de sua publicação.

gizelio_linhares@sicoob.com.br

**Gizélio Linhares**

Presidente Conselho de Administração

dirceu.soligo@sicoob.com.br

**Dirceu Pascual Soligo**

Vice-presidente Conselho de Administração


ANEXO I – GRUPOS SECCIONAIS

SECCIONAL 1	SECCIONAL 2	SECCIONAL 3
CASCAVEL	PARANÁ	DIGITAL + PORTO ALEGRE
01 - SICOOB - PA MIGRANTE	04 - SICOOB - PA CORBÉLIA	97 - SICOOB PA DIGITAL
02 - SICOOB PA - CENTRO	06 - SICOOB - PA CÉU AZUL	22 - SICOOB - PA PORTO ALEGRE
03 - SICOOB - PA ITALIA	07 - SICOOB - PA QUEDAS DO IGUAÇU	
12 - SICOOB - PA CARLOS GOMES	08 - SICOOB - PA CAPITÃO LEONIDAS MARQUES	
14 - SICOOB - PA SÃO JOÃO	09 - SICOOB - PA BRAGANEY	
18 - SICOOB - PA UOPECCAN	10 - SICOOB - PA SANTA TEREZA DO OESTE	
20 - SICOOB PA - REGIÃO NORTE	11 - SICOOB - PA LARANJEIRAS DO SUL	
35 - SICOOB PA - EMPRESARIAL	13 - SICOOB - PA GUARANIAÇU	
39 - SICOOB PA - BARÃO	15 - SICOOB - PA TRÊS BARRAS DO PARANÁ	
	16 - SICOOB - PA RIO BONITO	
	17 - SICOOB - PA CATANDUVAS	
	19 - SICOOB PA - BOA VISTA DA APARECIDA	
	21 - SICOOB PA - NOVA LARANJEIRAS	
	55 - SICOOB - PA IBEMA	
	56 - SICOOB - PA LINDOESTE	

REGIMENTO INTERNO DELEGADOS vf para assinatura pdf

Código do documento 91a6a26f-9eb9-4f0f-9b7e-2f92c42fa12f

**Assinaturas**

Gizélio Linhares
gizelio_linhares@sicoob.com.br
Assinou



Dirceu Soligo
dirceu.soligo@sicoob.com.br
Assinou

Eventos do documento**26 Dec 2025, 10:36:40**

Documento 91a6a26f-9eb9-4f0f-9b7e-2f92c42fa12f **criado** por JESSICA TABALIPA SANTOS (c7dce073-767e-490b-9778-7e0e2ab930e4). Email:jessica.tsantos@sicoob.com.br. - DATE_ATOM: 2025-12-26T10:36:40-03:00

26 Dec 2025, 11:05:37

Assinaturas **iniciadas** por JESSICA TABALIPA SANTOS (c7dce073-767e-490b-9778-7e0e2ab930e4). Email:jessica.tsantos@sicoob.com.br. - DATE_ATOM: 2025-12-26T11:05:37-03:00

29 Dec 2025, 08:39:08

DIRCEU SOLIGO **Assinou** (b16993d0-5188-4416-bb95-984692781cf) - Email: dirceu.soligo@sicoob.com.br - IP: 187.49.85.3 (187.49.85.3.dipelnet.com.br porta: 24762) - **Geolocalização: -24.9710097 -53.4621844** - Documento de identificação informado: 495.834.419-53 - DATE_ATOM: 2025-12-29T08:39:08-03:00

29 Dec 2025, 10:52:22

GIZÉLIO LINHARES **Assinou** - Email: gizelio_linhares@sicoob.com.br - IP: 167.250.61.154 (167.250.61.154 porta: 8026) - **Geolocalização: -25.400142 -52.4104688** - Documento de identificação informado: 027.986.079-06 - DATE_ATOM: 2025-12-29T10:52:22-03:00

Hash do documento original

(SHA256):a1aaaf8572510284d091e1e00febeecd450c0a8e91c8ddf44c57e2f4d6967b1dc
(SHA512):bd09faee3853ab170d41bcb93432aee4a52050a805516a63c5cf3762cb8862441395fda9bec17a84ef8ba5ee0ec67236c26226a033a645364b6edb43967ee21c

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign
Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL
Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.
